



FUNDAÇÃO
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
UNICENTRO

**TESTE SELETIVO DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO
E-PARANÁ COMUNICAÇÃO - EDITAL 01/2017**

**DATA DA PROVA: 17/09/2017
PERÍODO DA PROVA: MANHÃ**

CARGO: CONTADOR

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE COMEÇAR A PROVA:

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com 5 alternativas (a,b,c,d,e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- No momento da identificação, verifique o Cartão Resposta e a Folha Definitiva da Questão Discursiva, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em Ata;
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva;
- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova, o preenchimento do Cartão Resposta e a Folha Definitiva da Questão Discursiva;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- Não é permitido durante a realização da prova: a) equipamentos eletrônicos como máquinas calculadoras, MP3, MP4, telefone celular, tablets, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, régua de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou)em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o Caderno de Prova, o Cartão Resposta devidamente assinado e a Folha Definitiva da Questão Discursiva e deixe o local de prova;
- O candidato só poderá levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até o final do período estabelecido, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal da sala sua Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada e a Folha Definitiva da Questão Discursiva;
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO:

NOME COMPLETO:

Destaque aqui

ANOTE AQUI SUAS RESPOSTAS E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA																														
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

Texto 01:

O desvio ético do gerundismo

Há implicações éticas no vício de linguagem. O uso excessivo e desnecessário do gerúndio é conhecido como endorreia, cuja forma popular é a construção “vou estar + gerúndio”, uma perífrase (locução formada por dois ou três verbos). A locução em si é legítima, quando comunica a ideia de uma ação futura que ocorrerá no momento de outra ou sequenciada. As sentenças “vou estar dormindo na hora do jogo” ou “vou estar vendo o jogo quando você estiver assistindo à novela” são adequadas ao sistema da língua, assim como em verbos que indiquem processo: “amanhã vai estar chovendo” ou ato contínuo: “vou estar trabalhando das 8h às 18h.”

Aquilo que nos acostumamos a chamar de gerundismo se dá quando não queremos comunicar essa ideia de eventos ou ações simultâneas, mas antes falar de ação pontual, em que a duração não é preocupação dominante. “Vou falar” narra algo que vai ocorrer a partir de agora. “Vou estar falando” se refere a um futuro em andamento.

É inadequado usar uma forma verbal com valor de outra – falar de ação isolada, que se encerraria num só ato, como se fosse contínua. Quando respondemos ao telefone “vou estar passando o recado” fazemos o recado, que potencialmente tem tudo para ser dado, não ter mais prazo de validade. O vício aqui isenta a pessoa de responsabilidade sobre o que prometeu fazer. É antes de tudo um desvio ético.

(Revista Língua Portuguesa, ano 7, número 77. Março de 2012)

01) O uso excessivo e desnecessário do gerúndio é considerado vício de linguagem. Esse vício prejudica a objetividade e a clareza da comunicação. Além de ser um problema ético, segundo o texto. Para que haja adequação à norma padrão da língua é possível substituir algumas formas de gerúndio por:

- (A) Verbos no futuro do subjuntivo.
- (B) Verbos no presente do indicativo.

- (C) Verbos no pretérito perfeito do indicativo.
- (D) Verbos no indicativo.
- (E) Verbos no pretérito imperfeito do indicativo.

02) Utilizando a norma padrão de língua portuguesa na sentença: “Há implicações éticas no vício de linguagem”. O verbo em destaque pode ser substituído por:

- (A) Existe.
- (B) Existem.
- (C) Tem.
- (D) Hão.
- (E) Têm.

03) No excerto: “Aquilo que nos acostumamos a chamar de gerundismo se dá quando não queremos comunica (...)”. A palavra destacada pode ser classificada como:

- (A) Pronome demonstrativo.
- (B) Substantivo.
- (C) Pronome indefinido.
- (D) Advérbio.
- (E) Adjetivo.

Texto 02:

O menino que me olha

(...) Não andamos muito elegantes, nestes tempos estranhos. Não andamos muito éticos, nestes tempos loucos. Não que as coisas tenham sido muito melhores no tempo dos gregos, quando na filosófica Atenas a mulher era pouco mais do que um animal sem alma, era normal ter escravos e a guerra era o pão nosso. Ou na Idade Média, quando eu seria no mínimo candidata à fogueira, não a da inveja, mas a concreta mesmo; nossos filhos teriam morrido nas Cruzadas matando alguém no Oriente (nada de novo na face da Terra). (...)

Luft, Lya. O menino que me olha. Veja, São Paulo, Abril, 30 jun.

2004. Coluna Ponto de Vista, p.20

04) O texto “O menino que me olha” está escrito em qual pessoa do discurso? Em qual tempo verbal?

- (A) 3ª pessoa do singular; pretérito perfeito do indicativo.

- (B) 3ª pessoa do plural; pretérito mais que perfeito do indicativo.
(C) 1ª pessoa do singular; presente do indicativo.
(D) 1ª pessoa do plural; pretérito imperfeito do indicativo.
(E) 1ª pessoa do plural; presente do indicativo.

05) No fragmento “Ou na Idade Média, quando eu seria no mínimo candidata à fogueira (...). O verbo destacado está flexionado em qual tempo e modo?

- (A) Futuro do presente do indicativo.
(B) Futuro do subjuntivo.
(C) Pretérito perfeito do indicativo.
(D) Futuro do pretérito do indicativo.
(E) Presente do indicativo.

06) Em uma sessão de teatro entraram 280 espectadores, mas 15 eram isentos do pagamento do ingresso. O ingresso adquirido antecipadamente custava R\$ 4,00 e na bilheteria do teatro, no dia do espetáculo, custava R\$ 8,00. Sabendo-se que para essa sessão foram arrecadados R\$ 1720,00, quantas pessoas adquiriram o ingresso na bilheteria?

- (A) 95.
(B) 165.
(C) 125.
(D) 100.
(E) 200.

07) Observe a sequência $k + k^2 + k^3 + k^4 \dots$. Se k é igual a -1 . A soma dos 4 primeiros termos é:

- (A) k .
(B) -1 .
(C) 1 .
(D) 0 .
(E) 4 .

08) Pedro escreveu em seu caderno a palavra LUA, para passar o tempo começou a trocar as letras de lugar, quantas são as possibilidades distintas encontrou se nunca repetiu as letras?

- (A) 2.

- (B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

09) Se uma em cada quatro pessoas da cidade de Rio Corrente esta fazendo dieta. Em um grupo com 1200 pessoas, quantas não devem estar fazendo dieta?

- (A) 300.
(B) 1000.
(C) 900.
(D) 600.
(E) 800.

10) A E-Paraná Comunicação, por cooperação, está vinculada à Secretaria de Estado:

- (A) da Saúde.
(B) da Educação.
(C) da Cultura.
(D) da Segurança Pública.
(E) da Comunicação Social.

11) Dentre os políticos mencionados nas alternativas abaixo, identifique aquele que NÃO foi presidente da Assembleia Legislativa do Paraná:

- (A) Nelson Justus.
(B) Hermas Brandão.
(C) João Arruda.
(D) Orlando Pessuti.
(E) Aníbal Khury.

12) A primeira constituição do Estado do Paraná, foi promulgada no ano de:

- (A) 1860.
(B) 1891.
(C) 1837.
(D) 1937.
(E) 1917.

13) A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer uma novidade: o sistema de Bandeiras Tarifárias. Indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Quando aplicada, a bandeira com maior custo para o consumidor é a bandeira:

- (A) Branca.
- (B) Amarela.
- (C) Verde.
- (D) Vermelha.
- (E) Preta.

14) A instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, deu-se sob a modalidade de:

- (A) Serviço Social Autônomo.
- (B) Fundação.
- (C) Autarquia.
- (D) Sociedade de Economia Mista.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

15) As autarquias Públicas integram a Administração Indireta e, como entidades cuja personalidade jurídica é regida pelo Direito Público, estão vinculadas às normas de contabilidade pública. Suponha que uma Autarquia vinculada ao Governo do Estado do Paraná tenha efetuado as seguintes despesas orçamentárias no primeiro semestre de 2017:

- **Serviços de publicidade e propaganda para empresa terceirizada R\$ 385.000,00.**
- **Contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento R\$ 610.000,00.**
- **Juros pagos sobre operações de crédito (financiamentos) R\$ 85.000,00.**
- **Gastos com material de consumo R\$ 160.000,00.**
- **Aquisição de material permanente para filmagem e gravação R\$ 240.000,00.**
- **Folha de pagamento (vencimentos e vantagens) R\$ 4.730.000,00.**

Com base somente nos dados acima, é possível afirmar que a despesa orçamentária de custeio totalizou:

- (A) R\$ 4.730.000,00.
- (B) R\$ 5.115.000,00.
- (C) R\$ 5.275.000,00.
- (D) R\$ 5.340.000,00.
- (E) R\$ 5.725.000,00.

16) As despesas somente podem ocorrer na hipótese de disponibilidade orçamentária e financeira do Ente e somente após o preenchimento de todos os requisitos legais. Assinale a única alternativa que

apresenta uma informação correta em se tratando de despesa pública:

(A) A despesa pública de cada unidade deve ser estimada na Lei do Orçamento Anual e seu comportamento estará diretamente ligado à receita pública, caso a arrecadação supere o previsto, todas as rubricas da despesa serão automaticamente acrescidas no mesmo percentual.

(B) A modalidade de aplicação da despesa classifica nas categorias correntes e de capital, enquanto que o grupo de natureza da despesa indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

(C) O empenho da despesa ocorre no momento em que o serviço é efetivamente prestado ou os bens são entregues, podendo ser dispensado nas operações de pequeno valor previstas em lei.

(D) A legislação veda a realização de empenho por estimativa e o reforço de empenho realizado em montante inferior ao valor da despesa.

(E) A verificação da origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação serão realizadas somente no momento da liquidação da despesa.

17) Todas as Entidades Públicas necessitam do ingresso de receitas para pagar as obrigações necessárias para o atendimento de suas finalidades. A receita pública decorre de diversas fontes e deve ser classificada de acordo com a origem dos recursos financeiros. Assinale a única alternativa Incorreta no que diz respeito às receitas públicas:

(A) As receitas provenientes de outros Entes Públicos são denominadas intragovernamentais e, por esta razão, não devem ser registradas nos subsistemas orçamentário e de controle, devendo ser registrada somente no subsistema patrimonial.

(B) As Receitas obtidas por uma Autarquia decorrente de atividades de comunicação realizadas devem ser classificadas como Receitas de Serviços, enquanto que valores recebidos de outros Entes Públicos para pagamento de pessoal, sem uma

contraprestação, são considerados Receitas de Transferências Correntes.

(C) As receitas provenientes da venda de bens móveis são receitas de capital, enquanto que as receitas patrimoniais são classificadas como receitas correntes.

(D) Todas as receitas da Entidade Pública devem constar no seu Orçamento, mas aquelas receitas efetivamente recebidas e que não constem, serão registradas como receitas extra orçamentárias.

(E) A receita orçamentária somente será registrada no momento de sua arrecadação, ou seja, através do princípio de caixa, mas a variação patrimonial aumentativa será contabilizada segundo o princípio de competência.

18) Os restos a pagar representam despesas reconhecidas pelos Entes Públicos ao longo do exercício financeiro, mas que não foram pagas no mesmo período, permanecendo a obrigação para quitação em exercícios financeiros seguintes. Sobre os Restos a Pagar, assinale a única alternativa Incorreta:

(A) Os Restos a Pagar integram a Dívida Flutuante dos Entes Públicos.

(B) Os Restos a Pagar processados correspondem a despesas já liquidadas, enquanto que os não processados são despesas empenhadas mas ainda não liquidadas.

(C) Restos a pagar inscritos e pagos ao longo do exercício financeiro devem constar no Balanço Financeiro do Ente Público.

(D) Após a inscrição da despesa em Restos a Pagar não é permitido o seu cancelamento.

(E) Se o valor real a ser pago for superior ao valor inscrito em restos a pagar, a diferença deverá ser empenhada a conta de despesas de exercícios anteriores.

19) Suponha que o Governo do Estado do Paraná tenha instituído uma Autarquia para prestação de serviços de comunicação. No momento da elaboração da folha de pagamento da Autarquia, foi constatado que alguns servidores possuíam incidência de imposto de renda retido na fonte sobre suas remunerações. Segundo a legislação vigente, o imposto de renda retido na fonte sobre a remuneração dos servidores da Autarquia será contabilizado como:

(A) Receita tributária do Governo do Estado do Paraná.

(B) Receita com transferência corrente da Autarquia.

(C) Receita extra orçamentária do Governo do Estado do Paraná.

(D) Receita extra orçamentária da Autarquia.

(E) Despesa de custeio da Autarquia.

20) Todos os Entes Públicos devem elaborar suas Demonstrações Financeiras de acordo com o previsto na legislação que abrange o tema. Considerando as particularidades das operações patrimoniais que envolvem Entes Públicos, as Demonstrações Financeiras são específicas para tais Entidades. Analise as afirmativas abaixo que tratam das Demonstrações Financeiras:

I - O Balanço Orçamentário deverá possuir sempre saldo zero, ou seja, as receitas e despesas, incluídos os créditos adicionais, devem possuir o mesmo montante.

II - Na Demonstração das Mutações Patrimoniais, a aquisição de bens imóveis e inscrição de valores em dívida ativa representam variações ativas do Ente.

III - No Balanço Patrimonial, o total do Ativo Compensado tem que ser sempre o mesmo do Passivo Compensado.

Está(ão) correta(s):

(A) Apenas a afirmativa I.

(B) Apenas a afirmativa II.

(C) Apenas a afirmativa III.

(D) Apenas as afirmativas I e II.

(E) Apenas as afirmativas II e III.

21) No Balanço Financeiro de um Ente Público, os pagamento ao longo do exercício de valores computados em restos a pagar, deverão constar como:

(A) Despesa financeira.

(B) Despesa extra orçamentária.

(C) Despesa operacional.

(D) Despesa indireta.

(E) Despesa variável.

22) Suponha que um Estado brasileiro tenha auferido uma Receita Corrente Líquida de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta bilhões de reais). Os gastos com pessoal, foram os

seguintes:

- Poder Executivo (adm. Direta) sem contar Autarquias e Fundações – R\$ 22.700.000,00.
- Poder Legislativo – R\$ 1.300.000,00.
- Poder Judiciário – R\$ 2.850.000,00.
- Ministério Público – R\$ 890.000,00.

Somente com base nos dados acima e nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível afirmar que o valor máximo que pode ser utilizado para despesa com pessoal das Autarquias e Fundações é de:

- (A) R\$ 800.000,00.
- (B) R\$ 1.200.000,00.
- (C) R\$ 1.800.000,00.
- (D) R\$ 2.200.000,00.
- (E) R\$ 2.600.000,00

23) A Lei de Responsabilidade Fiscal determina a todas Entidades que utilizam recursos públicos para que sejam transparentes na arrecadação de recursos financeiros e sua destinação. Para assegurar a transparência, a legislação prevê relatórios e demonstrativos que devem ser elaborados e disponibilizados para a população. Sobre a transparência na gestão fiscal, analise as afirmativas abaixo:

I - A apuração da receita corrente líquida e o demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes, são partes integrantes do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

II - Deverão integrar o Relatório de Gestão Fiscal as justificativas da limitação de empenho e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

III - A periodicidade do Relatório Resumido da Execução Orçamentária será trimestral, enquanto que a periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal será semestral.

Está(ão) correta(s):

- (A) Apenas a afirmativa I.
- (B) Apenas a afirmativa II.

- (C) Apenas a afirmativa III.
- (D) Apenas as afirmativas I e II.
- (E) Apenas as afirmativas I e III.

24) A Lei de Responsabilidade Fiscal define que é vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. Não se inclui na vedação, operação entre instituição financeira estatal e autarquia vinculada ao mesmo Ente, quando a utilização dos recursos seja destinada a:

- (A) Pagamento de aposentados e pensionistas.
- (B) Pagamento de juros da dívida pública.
- (C) Pagamento de subvenções sociais.
- (D) Pagamento de gastos com saúde e educação.
- (E) Pagamento de inversões financeiras.

25) Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o documento auxiliar onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem, é denominado:

- (A) Anexo de Riscos Fiscais, sendo parte integrante da Lei Orçamentária Anual.
- (B) Anexo de Contingências, sendo parte integrante da Lei Orçamentária Anual.
- (C) Anexo de Provisões, sendo parte integrante da Lei Orçamentária Anual.
- (D) Anexo de Riscos Fiscais, sendo parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (E) Anexo de Contingências, sendo parte integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

26) Para assegurar a melhor utilização dos recursos públicos, as compras e contratações devem ser realizadas mediante abertura de licitação, permitindo a participação de todos interessados e selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Sobre este tema, assinale a única alternativa que

apresenta uma característica incorreta sobre as licitações públicas:

(A) No que diz respeito às modalidades de licitação, nos casos em que couber Convite poderão ser adotadas Tomada de Preço ou Concorrência e nos casos em que couber Tomada de Preços poderá ser adotada Concorrência.

(B) Na aquisição de bens o tipo de licitação será sempre o menor preço, enquanto que na contratação de serviços deverá ser adotada a modalidade melhor técnica e preço.

(C) Os valores máximos para dispensa de licitação em razão do valor são de R\$ 15.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 8.000,00 para compras e demais serviços.

(D) A contratação de serviços técnicos de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, poderá ocorrer mediante inexigibilidade de licitação.

(E) Para qualificação econômico- financeira serão exigidos balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

27) A Lei Estadual nº 15.608/2007 define pregão como a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio propostas escritas e lances verbais, em uma única sessão pública ou por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação. Segundo a legislação mencionada, o pregoeiro deverá proceder a abertura dos envelopes com as propostas de preços, passando a fase de lances. Após a classificação das propostas e lances, serão abertos envelopes contendo documentação de habilitação dos:

(A) Licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas.

(B) Licitantes que apresentaram as 4 (quatro) melhores propostas.

(C) Licitantes que apresentaram as 5 (cinco) melhores propostas.

(D) Licitantes que apresentaram as 6 (seis) melhores propostas.

(E) Licitantes que apresentaram as 8 (oito) melhores propostas.

28) A depreciação representa a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Assinale a única alternativa que apresenta uma informação correta sobre depreciação de bens:

(A) Valor líquido contábil é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

(B) Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil econômica indicada em laudo técnico específico.

(C) A depreciação e a amortização cessam quando o ativo torna-se obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

(D) O valor da depreciação ou amortização poderá ser reconhecido mensal ou anualmente nas contas de resultado.

(E) A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor bruto contábil do ativo seja igual a zero.

29) Consolidação das Demonstrações Contábeis consiste no processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Sobre a Consolidação das Demonstrações Contábeis é incorreto afirmar:

(A) As demonstrações contábeis das entidades do setor público, para fins de consolidação, devem ser levantadas na mesma data, admitindo-se a defasagem de até três meses, desde que os efeitos dos eventos relevantes entre as diferentes datas sejam divulgados em notas explicativas.

(B) Os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação devem ser realizados em documentos auxiliares, não

originando nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil.

(C) No processo de consolidação de demonstrações contábeis devem ser consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.

(D) As demonstrações consolidadas devem abranger somente as transações contábeis infra orçamentárias das unidades contábeis incluídas na consolidação, excluídas as operações com terceiros.

(E) Quando uma entidade do setor público necessita de recursos orçamentários de outra entidade para financiar a manutenção de suas atividades, desde que não represente aumento de participação acionária é chamada de Dependência Orçamentária.

30) Segundo se desprende das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, os valores devidos pelas Entidades de Direito Público aos seus servidores a título de décimo terceiros salário devem ser registrados nos subsistemas de contabilidade: orçamentário, patrimonial e de controle. Cada subsistema possui uma finalidade e, por esta razão, prescinde de requisitos e momentos distintos para seu registro. Tratando especificamente do décimo terceiro salário, assinale a única alternativa correta:

(A) A apropriação mensal da despesa deverá ser registrada somente no subsistema orçamentário. No mês do pagamento o registro ocorrerá nos subsistemas patrimonial, orçamentário e de controle.

(B) A apropriação mensal da despesa deverá ser registrada somente no subsistema de controle. No mês do pagamento o registro ocorrerá nos subsistemas patrimonial e orçamentário.

(C) A apropriação mensal da despesa deverá ser registrada somente no subsistema patrimonial. No mês do pagamento o registro ocorrerá nos subsistemas patrimonial, orçamentário e de controle.

(D) A apropriação mensal da despesa deverá ser registrada somente nos subsistemas orçamentário e de controle. No mês do pagamento o registro ocorrerá nos subsistemas patrimonial e orçamentário.

(E) A apropriação mensal da despesa deverá ser registrada somente nos subsistemas patrimonial e de controle. No mês do pagamento o registro ocorrerá nos subsistemas orçamentário de controle.

Questão Discursiva:

A Contabilidade Pública no Brasil é voltada para o controle dos gastos e equilíbrio entre receitas e despesas. Em momento de queda na arrecadação tributária e redução na atividade econômica, como o que estamos vivendo atualmente, é fundamental que os Entes Públicos consigam gerir os recursos públicos da melhor forma, garantindo a manutenção das atividades e aumentando a qualidade dos serviços públicos, sempre que possível, sem aumento de gastos. A principal ferramenta de gestão é a proposta orçamentária que, posteriormente, resultará na Lei do Orçamento Anual. Neste sentido, pede-se ao Candidato ao cargo de Contador que demonstre as etapas, competências e informações que devem constar na proposta orçamentária, tanto da administração centralizada como das Autarquias vinculadas. Após, pede-se que seja demonstrada a forma como a legislação prevê para o controle orçamentário, financeiro e patrimonial da Administração Pública.

FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA

E-Paraná Comunicação - Teste Seletivo nº 01/2017

Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos que não forem eliminados na prova objetiva.

Será eliminado do Teste Seletivo o candidato que na prova discursiva:

1. Obter nota menor que 10,0 (dez), independente da nota obtida na prova objetiva;
2. Não produzir o texto de forma dissertativo-argumentativo;
3. Cujo texto não possuir entre 20 e 30 linhas;
4. Não estiver apoiado em argumentos;
5. Cujo texto não estiver redigido na modalidade escrita padrão da língua portuguesa;
6. Cujo texto for produzido em letra ilegível.

1.
5.
10.
15.
20.
25.
30.